

RESENHA
Adriano Codato & Renato Perissinotto.
Marxismo como ciência social.
Curitiba: Ed. UFPR, 2011.

Angelita Matos Souza

Marxismo como ciência social, de Adriano Codato e Renato Perissinotto, recebeu o prêmio Anpocs de melhor obra científica em 2012 e consiste na reunião de nove artigos já publicados sobre Estado, política institucional e ação de classe em Marx e em alguns marxismos posteriores, como afirmam os autores na Apresentação. De início, defendem o marxismo como “uma ciência social normal”, cujos postulados deveriam ser entendidos como hipóteses passíveis de serem confirmadas ou refutadas. Ponto de vista esse que tornaria possível o diálogo “com as teorias sociais não marxistas ou explicitamente antimarxistas” (p. 227).

Não se trata de uma obra fácil de ler e resenhar, tanto devido ao conteúdo teórico denso como ao distanciamento crítico dificultado pelas lembranças que a leitura provocou: dos estudos de juventude e das conversas em torno ou por efeito das aulas do Prof. Décio Azevedo Marques de Saes, a quem o livro é muito justamente dedicado. Porém, resolvi arriscar abordando os capítulos com foco na temática da articulação entre as instâncias política e econômica. Tema central no livro, discutido, sobretudo, a partir de *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* e de um marcado interesse pela autonomia do mundo político – ao encontro da proposta dos autores: de diálogo entre marxismo e teoria das elites.

No capítulo 1, Lendo Marx à luz de Marx, na contramão das interpretações que

consideram brilhantes os textos de história política (*18 Brumário; As lutas de classes na França*) em oposição aos de economia (evolucionistas, mecanicistas, economicistas), a análise de Codato encanta pela ousadia em defender o “favoritismo do econômico” n’*O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, em consonância com o Prefácio de 1859 da *Crítica da Economia Política*. Do contrário, afirma o autor, tratar-se-ia “[...] de um caso curioso de involução. Marx teria desaprendido o marxismo sofisticado entre o livro sobre a política bonapartista (1852) e o volume sobre a economia política clássica (1859)” (p. 7).

A impressão de identificação do materialismo histórico à primazia do econômico se desfaz à medida que a leitura avança e a tese da correspondência entre as instâncias política e econômica vai ocupando espaço no livro. A Codato parece interessar fundamentalmente a junção de “dois Marx” à luz de Marx, não havendo como discordar da “autoridade do econômico”, também em *O 18 Brumário*, tendo em vista a posição de Codato acerca do econômico:

Penso que o econômico pode ser entendido mais exatamente como: (i) o interesse geral da classe burguesa – o *ordenamento* capitalista – que deve ser garantido sempre, mesmo quando a burguesia “perdeu sua vocação para governar” (18 Br., p. 500); (ii) a variável que em última instância determina – o *condicionamento*, portanto – as ações políticas, as representações ideológicas etc. dos agentes sociais; (iii) a realidade última – o fundamento – dos conflitos entre as classes (p. 23; *grifos dos autores*).

O capítulo 2, O Estado como Instituição, procura demonstrar como “Marx possui uma concepção de Estado que leva em conta sim sua dinâmica institucional, seus procedimentos organizativos, sua hierarquia interna sem, entretanto, abrir mão da perspectiva classista” (p. 38). Conforme Codato e Perrissinotto, é possível identificar nos textos políticos de Marx dois níveis: em um mais geral e abstrato, os Estados francês e alemão são compreendidos a partir das suas funções reprodutivas; enquanto, no nível mais conjuntural, se impõe a “separação” entre *poder de Estado* e *poder da classe*, dimensão na qual é possível compreender o Estado como instituição autônoma, tanto que:

Na briga política, os grupos políticos e sociais percebem o Estado como uma poderosa organização capaz de definir a distribuição de recursos diversos (ideológicos, econômicos, políticos). Em função disso, lutam entre si para *controlar* diretamente ou *influenciar* à distância os diferentes ramos do aparelho estatal (e não necessariamente para *dominar*). Nesse nível da análise é possível admitir o Estado, de um lado, e a(s) classe(s) em nome da(s) qual(is) ele governa, de outro, *como realidades diferentes e autônomas, isto é, separadas*. É possível, portanto, pensar o *poder de Estado* como distinto do *poder da classe* e em relação conflituosa com ela (p. 44; *grifos dos autores*).

Neste capítulo, está em debate a tese da “[...] *funcionalidade* da superestrutura jurídico-política (em particular do Estado) para a realização dos interesses ‘a longo prazo’, ‘em termos gerais’ da classe dominante” (p. 57; *grifos dos autores*). Basicamente, parece que os autores estão a afirmar que assim como a noção de autonomia relativa do Estado é tema para pesquisa empírica, igualmente o é a tese da *funcionalidade*, a qual “[...] não pode ser nem pressuposta, nem derivada como um corolário da Grande Teoria” (p. 58). Dessa forma, a tese da *funcionalidade* do Estado não estaria imbricada na tese da *correspondência* entre estruturas política e

econômica, pois, se assim fosse, segundo os autores, isso acabaria por dispensar a pesquisa de orientação materialista acerca da funcionalidade estatal.

Temática retomada no capítulo 3, Marx e a Teoria Contemporânea do Estado. A partir da comparação entre as posições de Marx n’*O manifesto* e n’*O 18 Brumário*, Perrissinotto reafirma a grande inovação introduzida pela ideia de que a natureza de classe do Estado independe do controle direto pela burguesia, como pode sugerir sentença d’*O manifesto* – do Estado como comitê executivo dos negócios gerais da burguesia. Impossível dar ideia do quanto o capítulo é bom, abordando a necessidade de destruição do Estado burguês pela revolução proletária; a funcionalidade do Estado a partir da distinção entre interesse geral e interesse particular; e a autonomia do processo político, cuja dinâmica própria pode produzir (e produz com frequência) efeitos indesejáveis e disfuncionais à função obrigatória do Estado de manutenção da ordem capitalista.

No capítulo 4, Poulantzas 1, 2 e 3, Codato aborda as diferentes concepções do autor grego a respeito do Estado – estrutural, funcional e relacional – em convergência com as posições políticas-estratégicas que Poulantzas vai abraçando. Vale registrar sobre a primeira posição, do Estado como estrutura e fator de coesão social, que os efeitos de isolamento dos agentes em indivíduos particulares e de representação de unidade no povo-nação, produzidos pela estrutura jurídico-política, não devem ser vistos como meras “ilusões” produzidas por uma suposta instância ideológica, que, como pondera Codato, não existe como instância específica.

No capítulo 5, O Espaço Político segundo Marx, a questão é retomada por um posicionamento (apresentado no capítulo 1) contrário ao do alegado antagonismo entre

“aparência e essência” n’*O 18 Brumário*. Em resumo, Codato defende que a aparência não seja vista como mera ilusão a ser desmistificada a fim de que se alcance a essência de tudo: a luta entre classes sociais. Não, a ilusão é real, responsável por “[...] uma sorte de fetichismo político análogo ao fetichismo da mercadoria” (p. 129), que permite avanços históricos através do mundo político, na medida mesmo em que os efeitos concretos do direito burguês/burocratismo condicionam a atuação do Estado capitalista.

A proposta é que o espaço político seja encarado em sua autonomia “[...] como um mecanismo de mediação entre a estrutura política e a estrutura econômica” (p. 147; *grifo dos autores*), cujo papel não se reduz à função de ocultação aos agentes sociais da divisão e dominação de classes. Ao que tudo indica, Codato quer conservar a separação analítica entre as instâncias política e econômica, atribuindo ao espaço político o papel de articulá-las na prática, nem sempre no sentido da funcionalidade. O objetivo principal parece ser o de defender que “[...] as análises políticas do mundo político, das suas forças, dos seus personagens, dos seus discursos não são tão desprovidas de interesses assim” (p. 158).

No capítulo 6, Considerações sobre o Marxismo Analítico, Perissinotto relaciona alguns problemas do marxismo analítico: as críticas que autores filiados à corrente fazem à explicação funcional, “tipicamente marxista”, abordando ainda a insuficiência do individualismo metodológico, da teoria da escolha racional e teoria dos jogos como ferramentas para o “[...] marxismo vencer o vazio explicativo da explicação funcional” (p. 175). O autor reconhece as dificuldades do marxismo contemporâneo em discutir o “[...] problema da classe social como ator político coletivo” (p. 181) e avança sobre o tema no capítulo 7, Marx e a Análise Contemporânea de Classe.

Seguindo com *O 18 Brumário*, Perissinotto demonstra como a análise classista da política por Marx não se reduz ao vínculo econômico. O capítulo traz considerações interessantes sobre o conceito de classe na visão culturalista (de Pierre Bourdieu e Klaus Eder) e em defesa da perspectiva marxista – das classes como atores políticos importantes que agiriam mediados por uma minoria politicamente ativa (a elite política). Proposta de diálogo entre marxismo e teoria das elites, da qual os autores se ocuparão nos capítulos 8 e 9 – Marxismo ou Elitismo? e Por uma Análise Societalista da Política.

Nestes capítulos finais, o marcado interesse pela autonomia do mundo político assume sentido maior, o da proposta de diálogo entre marxismo e teoria das elites. Uma tentativa de pensar as complexas ligações entre o nível político e o econômico por meio das duas tradições teóricas, “[...] a despeito de todas as suas notórias diferenças ideológicas” (p. 226). Analiticamente, trata-se de identificar a representação dos interesses de classe na atuação da minoria politicamente ativa: (1) estudando os processos decisórios – no campo das ações da elite política; (2) analisando o conteúdo das produções discursivas, envolvidas nas manifestações escritas ou faladas (artigos de jornais, intervenções em periódicos, entrevistas, discursos parlamentares, publicações de entidades de classe); e (3) investigando a origem social dos seus membros.

Nesse terreno, acredito que sejam os procedimentos acima importantes à análise social, especialmente da política econômica, a fim de se comprovar como as ações do Estado correspondem muito mais aos interesses de classes/frações dominantes que aos interesses das demais forças sociais. Não obstante, por mais que a proposta dos autores possa ser pertinente, é controversa da perspectiva marxista, na medida em que parece conferir autonomia e importância demais às elites

políticas. Ainda que de grande interesse, sobretudo devido às possibilidades de desvendamento dos interesses de classes, a inversão da ordem dos fatores pode alterar o produto. Dessa ótica, ninguém diria que central n' *O 18 Brumário* sejam os personagens políticos, suas ideologias, partidos, discursos etc.

Por fim, a insistência na pesquisa empírica como critério de cientificidade pode aborrecer os menos rigorosos, mas a centralidade e análise d' *O 18 Brumário*, a qualidade da redação, a ironia fina, a tomada de posições claras e instigantes fazem da leitura do livro um enorme prazer.

Palavras-chave: Marxismo; Ciência social; Teoria das elites; Estado e política.

Artigo recebido em 4/3/2013

Aprovado em 6/6/2013